



Aprovado por Unanimidade
de vereadores presentes
em Sessão Ordinária do
dia 21/11/16

Praxeiro
Tânia Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

MENSAGEM Nº 053 DE 07 DE Novembro DE 2016.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

PROTOCOLO	
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT	
nº <i>176</i> Livro <i>24</i> Fls. <i>200</i> Data <i>07/11/16</i>	Horas <i>17:15</i>
<i>Praxeiro</i>	
FUNCIONÁRIO	

A presente Mensagem encaminha para a apreciação dos Senhores, o Projeto de Lei em anexo, que tem por finalidade a contratação temporária dos profissionais mencionados no Projeto de lei.

A medida exceptiva se faz necessária uma vez que estamos com carência de profissionais da saúde para o atendimento na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na Unidade CER - Centro Especializado em Reabilitação, conforme solicitado pelo Ministério da Saúde, (doc., anexo), considerando ainda que já foram convocados todos os aprovados no concurso público e ainda assim não foi possível suprir a necessidade do serviço público.

É notório que a necessidade dos profissionais de saúde para atender a Unidade de Saúde trata-se de um serviço público essencial, tendo em vista que está vinculado aos serviços de saúde oferecidos à população barragarcense e região, não sendo caracterizado como uma conduta ilícita por parte do Administrador Público em ano eleitoral conforme traz o artigo 73, V da Lei nº 9.504/1997.

Corroborar com o mesmo entendimento o Tribunal Superior Eleitoral (Acórdão do Recurso Especial Eleitoral nº 27.563), referente a ressalva das condutas vedadas na alínea "d" do inciso V, art. 73 da Lei nº 9.504/1997, conforme aduz:

Ac.-TSE, de 12.12.2006, no REspe nº 27563:

A ressalva da alínea d do inciso V do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 só pode ser coerentemente entendida a partir de uma visão estrita da essencialidade do serviço público. Do contrário, restaria inócua a finalidade da Lei Eleitoral ao vedar certas condutas aos agentes públicos, tendentes a afetar a igualdade de competição no pleito. Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à sobrevivência, saúde ou segurança da população". Considera-se serviço público essencial, para fins deste dispositivo, aquele vinculado à "sobrevivência, saúde ou segurança da população.

Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativo
Portaria 14/1996

JAIS
07.11.16

Prefeitura Municipal de Barra do Garças
 Portaria nº 148 de 08/07/2013
 SEBEL - TMBAC

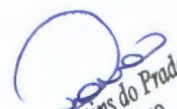


ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Assim, reconhecendo a possibilidade de contratação temporário dos profissionais da saúde, esperamos a aprovação do presente Projeto por tratar de serviço essencial a toda população barra-garcense, vez que Inclusão Social, Saúde e Educação de qualidade são direitos de todos os nossos munícipes.

Barra do Garças/MT., 07 de novembro de 2016.


ROBERTO ANGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal


Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativo
Portaria 14/1998
11.15
0.116

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Contorno Ad. 9, Início XXI, da
Lai Cont. 747, 281072013
REVISADO
EMERSON F. COELHO SOUZA
Procurador-Geral do Município
Fofana nº 9 448, de 081072013
DASIMT - 15032



Aprovado por Unanimidade
de vereadores presentes
em Sessão Ordinária do
dia 21/11/16

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

Citima Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

PROJETO DE LEI Nº 053 DE 07 DE novembro DE 2016.

PROTOCOLO	
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT	
nº 177 Livro: 24 Fls. 200 Data: 07/11/16	
Horas: 17:15	
FUNCIONÁRIO	

“Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender a necessidade do serviço público, fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, e em regime de urgência, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, inclusive para preenchimento de função específica na Secretaria Municipal de Saúde para atuar na Unidade CER - Centro Especializado em Reabilitação:

- 01 (um) Terapeuta Ocupacional;
- 02 (dois) Fonoaudiólogos.

Art. 2º - O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31/12/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.04.10.302 – 2066.3190.11. Vencimentos e Vantagens Fixas – 223.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças, 07 de novembro de 2016.

Tânia Maria Martins do Prado
Auxiliar Administrativo
Portaria 14/1996
JAS
07/11/16

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal

RECIBO DE RECEBIMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT
Conferência de Arquivamento
Em 21/11/2016
Por Emerson F. Coelho Sousa
Presidente-Geral do Município
Fone nº 8.448 de Barra do Garças
GABINETE - 1263



PREFEITURA MUNICIPALDE BARRA DO GARÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

Memo.: 901/SMS/GB/BG/2016

Barra do Garças, 14 de Outubro de 2016.

Da: Secretaria Municipal de Saúde

Para: Gabinete do Prefeito
Sr. José Jacó Sobrinho


Prezado Senhor:

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste solicitar a Vossa Senhoria o Projeto de Lei para contratação de 02(um) Profissionais em Fonoaudiologia e 01(um) Terapeuta Ocupacional, para atuar na Unidade do Centro Especializado em Reabilitação –CER, conforme solicitação do Ministério da Saúde, sob pena de corte dos recursos para custeio do programa, segue cópia Ofício N° 609-2016/DAPES/SAS/MS.

Informo ainda que as despesas decorrentes da contratação, serão na conta *Viver Sem Limites* Agencia N° 05711-1 Conta N° 65.869-3 Banco do Brasil.

Sem mais para o momento despeço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



José Jacó Sobrinho filho
Secretário Municipal de Saúde
Port. 12.115 de 10/10/2016



MINISTÉRIO DA SAÚDE
25/09/2016 15:10:16
39/09/2016

Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência

OFÍCIO Nº 609-2016/DAPES/SAS/MS

Brasília, 22 de setembro de 2016.

Ao Senhor,
George Câmara Maia
Secretário Municipal de Saúde Barra dos Garças/MT
Rua José Valeriano Costa, 56 – Centro.
CEP: 78.600-000- Barra do Garças/MT

Assunto: Monitoramento do Centro de Reabilitação de Barra do Garças, habilitado como CER II nas modalidades Auditiva e Física (SIPAR: 25000.201091/2013-52).

Prezado Secretário,

Esta Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPCD/DAPES/SAS/MS), não recebeu resposta do Ofício nº 472/DAPES/SAS/MS, de 18 de agosto de 2016 (cópia anexa), que respondeu ao Ofício nº 421/SMS/GB/BG/2015 e solicitou, ainda, esclarecimentos sobre algumas pendências, que deveriam ter sido apresentados em 08 de setembro de 2016.

2. Trata-se do Monitoramento do Centro de Reabilitação de Barra do Garças / MT, CNPJ 11930883/0001-55, gestão Municipal, inscrito no CNES sob o nº 2395789, habilitado em CER II nas modalidades Física e Auditiva, sob os códigos de habilitação 22.08 e 22.10 pelas Portarias SAS 1357 de 02 de dezembro de 2013 e GM 3010 de 10 de dezembro de 2013.

3. Diante do exposto, esta Coordenação solicita no prazo de 30 (trinta) dias:

A) As medidas para adequação da carga horária dos profissionais de referência para reabilitação Física e Auditiva de forma que não comprometa a assistência prestada pelo serviço, uma vez que observou-se em consulta ao CNES em 06/09/2016, que a carga horária semanal mínima de algumas categorias profissionais estão abaixo do estabelecido no Instrutivo de Reabilitação de Cuidados à Pessoa com Deficiência, publicado em 06/04/2014, disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/junho/05/Instrutivo-Reabilitacao->

Rede-PCD-SAIPS-01-06-14-FT . Segue abaixo a relação da carga horária semanal mínima faltante:

Função	Carga Horária Mínima Exigida no Instrutivo	Carga Horária registrada no CNES
Terapeuta Ocupacional	60h	30 h
Fonoaudiólogo	160 h	120 h

Ressaltamos que cabe ao Gestor alimentar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) com informações sobre os profissionais que fazem parte da equipe da unidade em questão, com suas respectivas cargas horárias de trabalho atualizadas. Para as especialidades médicas, o gestor local pode garantir a composição da equipe mínima por meio de contratação ou referência assistencial para a modalidade de reabilitação prestada. Caso novos profissionais sejam contratados, solicitamos envio à CGSPCD/DAPES/SAS/MS da cópia dos seus respectivos registros profissionais, sendo que para médicos é necessário a cópia do registro de especialidade.

- B) Esclarecimentos sobre a produção de procedimento de reabilitação auditiva, considerando que em consulta ao Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, dia 05/09/2016, não observamos nenhum registro no período de janeiro 2015 a abril de 2016.
- C) Esclarecimentos sobre a dispensação de OPM física, pois em consulta ao CNES no dia 05/09/2016 observamos que o Centro de Reabilitação de Barra do Garças/ MT (CNES 2395789), possui o código e classificação 164-001 (Serviço de órteses, próteses e materiais especiais de reabilitação – Dispensação de OPM auxiliares de locomoção). No entanto, no período de janeiro de 2015 a abril de 2016, não houve registro de nenhuma dispensação desta OPM no SIA/SUS.
- D) Solicitamos também esclarecimentos sobre a concessão das novas tecnologias assistivas incorporadas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS. Observamos que de janeiro de 2015 a abril de 2016, não houve registro do Centro de Reabilitação de Barra do Garças, de dispensação de Cadeiras de Rodas e Adaptação Postural em Cadeiras de Rodas incorporadas ao SUS pela Portaria GM/MS 1272, de 25/06/2013 e GM/MS 2723/2014. Quanto a dispensação de Sistema de Frequência Modulada Pessoal – Sistema FM, incorporado pela Portaria GM/MS 1274, de 25/06/2013, também não observamos nenhum registro de dispensação no período de janeiro de 2015 a abril de 2016.

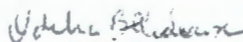
4. O Gestor deve ainda atentar para o registro da produção dos procedimentos referentes às modalidades nas quais o estabelecimento foi habilitado a realizar.

5. É de suma importância que para melhor qualificar esta instituição e manter a prestação do atendimento, as pendências encontradas necessitam ser regularizadas, para o cumprimento das normas estabelecidas pelas Portarias GM/MS nº793 de 24/04/2012 e GM/MS nº 835 de 25/04/2012 e pelo Instrutivo de Reabilitação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

6. Destacamos que a autenticidade das informações e/ou documentos fornecidos, bem como o cumprimento dos prazos estipulados neste Ofício são de inteira responsabilidade do gestor local. Além disso, faz-se necessário que os registros da produção do estabelecimento através do SIA/SUS, bem como os dados referentes ao serviço no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde estejam atualizados.

7. Salientamos, ainda, que os serviços habilitados serão monitorados e, caso apresentem irregularidades na prestação dos serviços, os mesmos serão advertidos, ficando a cargo da Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência (CGSPD/DAPES/SAS/MS) a análise sobre a continuidade ou não da habilitação.

Atenciosamente,



ODILIA BRIGIDO DE SOUSA

Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência/DAPES/SAS/MS

De acordo,



THEREZA DE LAMARE FRANCO NETTO

Diretora Substituta do DAPES/SAS/MS

Parecer nº: 086/2016

Projeto de Lei nº 053/2016, de 04 de novembro de 2016 de autoria do Poder Executivo Municipal, que: “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.”.

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de Projeto de Lei nº 052/2016, de 04 de novembro de 2016 de autoria do Poder Executivo Municipal, que: “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.”.
02. Foi apresentada mensagem junto ao Projeto de Lei falando da notória necessidade de profissionais de saúde para atender as demandas da saúde no município, da ausência de concursados a serem chamados e da previsão dessa espécie de contratação temporária pela legislação federal.
03. Já o projeto, autoriza a contratação de 02 (dois) Fonoaudiólogos; e 01 (um) Terapeuta Educacional, por prazo que deverá se encerrar impreterivelmente em 31/12/2016.
04. É o relatório.

II – PARECER

05. A análise da validade ou não de um projeto de lei deve necessariamente passar por três aspectos distintos, que são a competência, onde observaremos se a matéria é de competência do município e se dentro do município deve ser proposta pelo poder executivo ou pelo poder legislativo; a forma, superada a questão da competência deve-se atentar para a forma em que deve ser apresentado, se como lei complementar ou como lei ordinária, e por fim devemos observar a legalidade do projeto, ou seja, se esse, caso aprovado, estaria apto a produzir efeitos no mundo jurídico, respeitando os requisitos supra e não desrespeitando nenhuma norma a ele hierarquicamente superior, dadas essas explicações passamos a análise dos requisitos mencionados:
06. - **Da Competência** – É indiscutível a competência do município para legislar sobre a matéria, estando prevista tanto na CF quanto na LOM sua competência para legislar sobre assunto de seu peculiar interesse, trazendo a LOM, ainda a competência para dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais:



Constituição Federal

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

Lei Orgânica do Município de Barra do Garças

“Artigo 10– Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;

II – suplementar a legislação federal e estadual, no que lhe couber;

(...)”

07. Por outro lado, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, também, cabe ao Prefeito nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica do Município. Assim, não há invasão da esfera de competência:

“Artigo 46 – A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.”

08. Portanto, não há qualquer mácula na apresentação do projeto pelo Alcaide.

09 - **Da Forma:** A matéria tratada não se encontra dentre aquelas constantes do artigo 48 da Lei Orgânica e que devem obrigatoriamente serem propostas sob a forma de lei complementar.

10. Ademais, conclui-se que não se trata de projeto de lei de criação de cargos, função ou emprego, mas sim projeto que autoriza a contratação por tempo determinado. Portanto, não há necessidade de lei complementar para tratar da referida matéria.

11. - **Da Legalidade:** Especificamente sobre o tema (contratação por prazo determinado), o art. 37 da Constituição Federal dispõe que:

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;”

12. Referido dispositivo, no âmbito federal, foi regulamentado pela Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

13. Em seu artigo 1º autoriza, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas, efetuem a contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos, o que sem dúvida deve ser utilizado como parâmetro em nível municipal, forte no princípio da simetria.

14. Assim, a legislação em vigor permite a contratação, desde que por prazo determinado, o que resta claro no projeto apresentado, bastando analisar o disposto no art. 2º, que determina ser o prazo para contratação para preenchimento das vagas até 31.12.2015, **restando aos Nobres Vereadores debater sobre a da existência de necessidade temporária excepcional e a cerca do enquadramento de cada um dos casos aos prazos permitidos pela lei 8.745:**

“Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - assistência a emergências em saúde pública; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

III - realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - atividades: (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

a) especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

b) de identificação e demarcação territorial; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008 Vigência)

c) (Revogada pela Lei nº 10.667, de 2003)

d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008)

e) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

f) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal

ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

g) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM. (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

i) técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

j) técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea i e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade; (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

l) didático-pedagógicas em escolas de governo; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

m) de assistência à saúde para comunidades indígenas; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

VIII - admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

IX - combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, da existência de emergência ambiental na região específica. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

X - admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

XI - admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.871, de 2013)

§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

I - vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

II - afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vicereitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

§ 2º O número total de professores de que trata o inciso IV do caput não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

§ 3º As contratações a que se refere a alínea h do inciso VI serão feitas exclusivamente por projeto, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 14.5.2003)

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública. (Incluído pela Lei nº 12.314, de 2010)

§ 5º A contratação de professor visitante e de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput, tem por objetivo: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

III - contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

IV - viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 6º A contratação de professor visitante e o professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput, deverão: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - atender a requisitos de titulação e competência profissional; ou (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - ter reconhecido renome em sua área profissional, atestado por deliberação do Conselho Superior da instituição contratante. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 7º São requisitos mínimos de titulação e competência profissional para a contratação de professor visitante ou de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

III - ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 8º Excepcionalmente, no âmbito das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, poderão ser contratados professor visitante ou professor visitante estrangeiro, sem o título de doutor, desde que possuam comprovada competência em ensino, pesquisa e extensão tecnológicas ou reconhecimento da qualificação profissional pelo mercado de trabalho, na forma prevista pelo Conselho Superior da instituição contratante. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 9º A contratação de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros poderá ser autorizada pelo dirigente da instituição, condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente às despesas decorrentes da contratação e ao quantitativo máximo de contratos estabelecido para a IFE. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 10. A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

(...)

Art. 4º *As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos: (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003) (Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008)*

I - 6 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II e IX do caput do art. 2º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

II - 1 (um) ano, nos casos dos incisos III e IV, das alíneas d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - 2 (dois) anos, nos casos das alíneas b, e e m do inciso VI do art. 2º; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

IV - 3 (três) anos, nos casos das alíneas "h" e "l" do inciso VI e dos incisos VII, VIII e XI do caput do art. 2º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.871, de 2013)

V - 4 (quatro) anos, nos casos do inciso V e das alíneas a, g, i e j do inciso VI do caput do art. 2º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

Parágrafo único. *É admitida a prorrogação dos contratos: (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003) (Vide Lei nº 11.204, de 2005)*



I - no caso do inciso IV, das alíneas "b", "d" e "f" do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2o, desde que o prazo total não exceda a dois anos; (Redação dada pela medida Provisória nº 632, de 2013)

II - no caso dos incisos III e VI, alínea "e", do caput do art. 2o, desde que o prazo total não exceda três anos; (Redação dada pela medida Provisória nº 632, de 2013)

III - nos casos do inciso V, das alíneas a, h, l e m do inciso VI e do inciso VIII do caput do art. 2o desta Lei, desde que o prazo total não exceda a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

V - no caso dos incisos VII e XI do caput do art. 2o, desde que o prazo total não exceda 6 (seis) anos; e (Redação dada pela Lei nº 12.871, de 2013)

VI - nos casos dos incisos I e II do caput do art. 2o desta Lei, pelo prazo necessário à superação da situação de calamidade pública ou das situações de emergências em saúde pública, desde que não exceda a 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)"

15. Outro ponto importante, é a necessidade de processo seletivo simplificado para contratação, é isso que prevê o Art. 3º da lei 8.745/93:

"Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

§ 4o Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública. (Incluído pela Lei nº 12.314, de 2010)

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.

§ 1o A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

(...)"

16. Além disso a lei 8745/93 estabelece, dentre outras, normas que deverão ser seguidas sobre a remuneração e horários.

17. Quanto as despesas decorrentes, estas correrão por conta da dotação orçamentária especificada no art. 3º do projeto.

18. Desta forma, para que não haja prejuízo para o funcionamento e serviços municipais, resta necessário efetuar referidas contratações, nos termos do Projeto de Lei apresentado, cabendo ao setor específico do Poder Executivo a verificação dos gastos com a contratação de pessoal, para que não extrapole o percentual previsto em lei.

19. O ilustre Petrônio Braz¹, em sua obra Direito Municipal na Constituição, tratando sobre o Contrato por prazo determinado, leciona:

"Ao serem contratados não são investidos em cargo público"... "As contratações de excepcional necessidade pública prescinde de processo seletivo, quando decorrentes de calamidade pública. Sendo exigido, para os demais casos, tão somente um processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público..." "A remuneração dos servidores eventualmente contratados dentro do permissivo legal, não poderá ser superior à fixada para servidores do Quadro Permanente que desempenhem função semelhante às condições do mercado de trabalho."... "Por se tratar de servidor público ocupante de função pública temporária, regida pelo regime estatutário com contrato de Direito Administrativo, a extinção do contrato não gera direitos à indenização, exceto quando efetivada por iniciativa da Administração, decorrente de conveniência administrativa, que importará no pagamento ao contratado da metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato".

20. Hely Lopes Meirelles também trata do assunto na obra Direito Municipal Brasileiro, vejamos:

"A contratação só pode ser por tempo determinado e com a finalidade de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. A atividade a ser desempenhada pode ter natureza eventual, temporária ou excepcional, mas também regular e permanente, como deflui do inciso IX. O que importa é o atendimento da finalidade prevista pela norma. Assim, "desde que indispensáveis ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, quer para o desempenho das atividades de caráter eventual, temporário ou excepcional, quer para o desempenho das atividades de caráter regular e permanente", a contratação é permitida. Desta forma, embora não possa envolver cargos típicos de carreira, a contratação pode envolver o desempenho de atividade ou função da carreira, desde que atendidos os requisitos acima. Fora daí tal contratação tende a contornar a exigência de concurso público, caracterizando fraude à Constituição.

Tais servidores não ocupam cargos pelo quê não se confundem com os servidores públicos em sentido estrito ou estatutários, nem se lhes equiparam. São os que o Município recruta eventualmente e a título precário para realização de trabalhos que fogem à rotina administrativa, como os destinados à execução direta de uma obra pública, no atendimento de situações de emergência ou à cessação de estado de calamidade pública, e também para aqueles de caráter regular e permanente que reclamam atendimento temporário em face de excepcional interesse público." (MEIRELLES, 2013, 336²).

¹<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6672/contrato-por-prazo-determinado>

² MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editora LTDA. 2013. 870 p. 609



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

APROVADO
EM SESSÃO 21/11/16
Ensemble

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 053/2016, de autoria
do PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI em epígrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

21 de 11 Sala das Comissões da Câmara Municipal, em
de 2016.

Valdemir Benedito Barbosa
Ver. VALDEMIR BENEDITO BARBOSA
Presidente

João Rodrigues de Souza
Ver. Dr. JOÃO RODRIGUES DE SOUZA
Relator

Paulo Sérgio da Silva
Ver. Dr. PAULO SÉRGIO DA SILVA
Membro

APROVADO
EM SESSÃO 21/11/16



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

PARECER

Projeto de Lei nº 053/16 de autoria do
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS, analisando o
PROJETO DE LEI em epígrafe, resolve exarar PARECER FAVORÁVEL, por
entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 21 de
21 de 2016.

Ver. AILTON ALVES TEIXEIRA
Presidente

Ver. MARIA JOSÉ DE CARVALHO
Relatora

Ver. WELITON ANDRADE DA SILVA
Membro

APROVADO
EM SESSÃO 21, 11, 16
Laure



Estado de Mato Grosso
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

PARECER

Projeto de Lei nº 053/16 de autoria do
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, analisando o PROJETO DE LEI em epígrafe, resolve exarar PARECER FAVORÁVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

 21 de 2016. Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 21 de

Paulo Cesar Raye de Aguiar
Ver. Dr. PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR
Presidente

José Maria Alves Filho
Ver.º. JOSÉ MARIA ALVES FILHO
Relator

Valdeir Leite Guimarães
Ver. VALDEI LEITE GUIMARÃES
Membro



Estado de Mato Grosso
 CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS
 Palácio Vereador Dr. DERCY GOMES DA SILVA

VOTAÇÃO

Projeto de lei nº 053/16 - Poder Executivo Municipal

VEREADORES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AILTON ALVES TEIXEIRA	PSB	X		
ARLITO ALVES DA SILVA	PPS	X		
GERALMINO ALVES R. NETO	PSB	X		
JOÃO JOSÉ DOS SANTOS FILHO	PMDB	X		
JOÃO RODRIGUES DE SOUZA	PDT	X		
JOSÉ MARIA ALVES FILHO	PTB	X		
JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS	PSDB	X		
MARIA JOSÉ DE CARVALHO	PP	X		
MIGUEL MOREIRA DA SILVA - Presidente	PSB	<i>Presidente</i>		
ODORICO FERREIRA C. NETO-1º Secretario	PT	X		
PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR	PMDB	X		
PAULO SÉRGIO DA SILVA	PP	X		
VALDEI LEITE GUIMARÃES	PBT	X		
ALDEMIR BENEDITO BARBOSA	PMDB	X		
WELITON ANDRADE DA SILVA-2º Secretário	PDT	X		

RESULTADO DA VOTAÇÃO: MÉRITO

Aprovado por Unanimidade
 de vereadores presentes
 em Sessão Ordinária do
 dia *05/11/2016*

Cilma Balbino de Souza
 Auxiliar Administrativo
 Portaria 13/1986